

Explosões de pistas fracassam em RR

Segunda fase da operação antigarimpo não tem data para começar na reserva dos índios ianomamis

ELIANA LUCENA

BOA VISTA — Há três meses a Polícia Federal e a Fundação Nacional do Índio (Funai) iniciaram na Serra dos Surucucus as primeiras explosões para desativar as pistas de pouso clandestinas que servem aos garimpos instalados na área dos índios ianomamis, próximo à fronteira com a Venezuela. Era o início da operação Selva Livre, que prevê a destruição de 63 das mais de cem pistas em atividade na região. Passados 90 dias, pouca coisa mudou: três das 13 pistas que chegaram a ser dinamitadas antes do início das chuvas — Xiriana, Rainha do Inajá e Maracanã — foram recuperadas e perto das demais os garimpos continuam funcionando, embora de forma mais discreta e menos intensa, por causa do período chuvoso. A Funai e a PF iniciam hoje um levantamento da área para a realização da segunda fase da operação Selva Livre, ainda sem data marcada.

Depois de reconhecer que a explosão das pistas não resolveu os problemas na região — os índios continuam a ser atendidos precariamente e a área não tem fiscalização —, o presidente da Funai, coronel Airton Alcântara, anunciou as medidas a serem tomadas: "Vamos prender quem estiver garimpendo nas terras dos ianomamis e apreender o ouro e todo tipo de equipamento".

Segundo Alcântara, será necessário montar um programa de assistência permanente aos índios. Eles continuam morrendo em consequência de malária, desnutrição, coqueluche, sarampo e gripe. Há também muitos casos de doenças venéreas, transmitidas por garimpeiros, e agora os ianomamis convivem com mais uma ameaça: já foram registrados em Roraima 80 casos de Aids em garimpeiros.

ABANDONO

Estimativas sobre o nú-



André Duack/AE

Ianomami: malária, desnutrição, coqueluche, sarampo e gripe

mero de garimpeiros que ocupam hoje áreas dos ianomamis variam entre 800 e cinco mil. Eles afirmam que não têm para onde ir e alegam que com a expulsão enfrentam situação semelhante à dos ianomamis. "Os índios foram abandonados pela Funai e nós somos perseguidos pelo governo", queixa-se Francisco Oliveira, que durante quatro anos garimpou na área indígena. O presidente da Funai, por sua vez, afirma que o problema dos garimpeiros não diz respeito ao órgão: "Os donos dos garimpos não se arriscam a voar em monomotor e a enfrentar a malária", acusa Al-

cântara, deixando claro que nesta segunda fase a operação poderá atingir também os proprietários de garimpos de cassiterita e ouro, atuando nas regiões de Surucucus e Paapiú.

O presidente da União dos Garimpeiros da Amazônia Legal, José Altino Machado, que ocupa uma das áreas mais visadas pela Funai nessa segunda investida na região do Alto Parimã, critica a ação do governo. Segundo ele, a operação feita há três meses fracassou porque as autoridades abandonaram os ianomamis. Machado garante que as áreas onde atua na exploração de

cassiterita estão fora dos limites fixados para o território indígena, mas confirma que mais de 200 índios vivem próximo ao garimpo. "Eles foram chegando até nós porque recebem alimento e ajuda, que deveriam ter da Funai", explica. Machado defende a legalização dos garimpos da Amazônia e acusa o governo de ter promovido o loteamento das reservas minerais da região para as grandes empresas.

AMEAÇA

Em julho do ano passado, a pista operada pela Funai em Paapiú, a 270 quilômetros de Boa Vista, se transformou em porta de entrada para os garimpos instalados no Rio Couto Magalhães, conhecido como o "rio do ouro", e seus afluentes. Nas malocas localizadas próximas à pista, os índios passaram a conviver com os garimpeiros num lugarejo improvisado. O convívio diminuiu a partir de maio, com a proibição do uso da pista. Mas um voo sobre a área revela que a ameaça continua. Encobertas pela mata, diversas barracas denunciavam a continuidade da atividade garimpeira.

Nos últimos anos os índios deixaram de plantar e passaram a viver na total dependência dos alimentos recebidos nos garimpos. Sem a presença da Funai, muitos garimpeiros passaram a levar os ianomamis doentes para Boa Vista, para poder atuar à vontade em toda a região. O chefe da maloca que fica ao lado da pista de Paapiú, João David, não esconde sua simpatia pelo garimpo. "Funai não dá nada para o índio", acusa David, que nos últimos dois anos perdeu parentes e dois filhos vítimas de doenças levadas pelos brancos.

Sem as roças que garantiam a subsistência da tribo, os índios enfrentam agora um quadro crítico de desnutrição, em diversas áreas do território ianomami. Na maloca perto da pista de Paapiú a situação de saúde não é tão grave. Mas ninguém sabe o que está ocorrendo com os grupos que ocupam áreas de acesso difícil.

Malária só deverá ser erradicada em 4 anos

BOA VISTA — O ministro da Saúde, Alcení Guerra, afirmou ontem que serão necessários quatro anos para erradicar a malária da área ianomami em Roraima. "Certamente haverá malária residual mesmo depois da retirada dos garimpeiros e talvez seja necessário até mesmo pulverizar a região para acabar com os mosquitos transmissores", prevê o ministro, que voltou sexta-feira de Roraima.

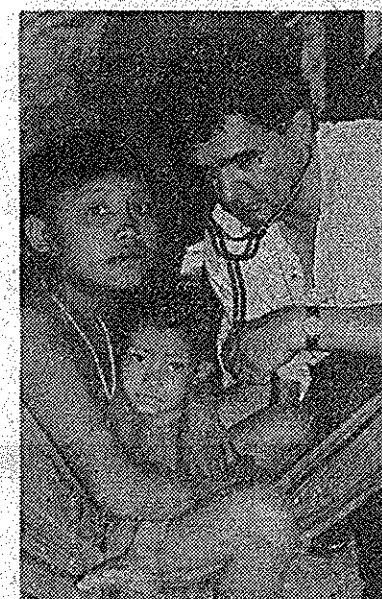
Até agora o ministério enviou 490 quilos de medicamentos de combate à malária e utilizará médicos da Fundação Nacional de Saúde para atender os índios. Guerra recebeu das Forças Armadas a promessa de apoio logístico no combate à doença, mas afirma ser preciso esperar a retirada dos garimpeiros para quebrar a cadeia de transmissão. "Ainda há entre 1.800 e dois mil garimpeiros na região e muito movimento de aviões", diz.

Mas a malária não é a única ameaça. Em Paapiú uma pesquisa feita por japoneses, auxiliados pela Comissão para Criação do Parque Ianomami, constatou que 13 dos 18 índios cujas amostras de cabelos foram analisadas na Faculdade de Medicina de Kumamoto no Japão, apresentavam níveis de mercúrio no organismo acima do limite considerado aceitável pela Organização Mundial de Saúde. A alta incidência de oncocercose, doença transmitida por um tipo de mosquito da Guiana Inglesa, o *Similium guyanense*, e que pode causar cegueira, também preocupa. Pesquisas realizadas pelo professor da Universidade de Brasília, Mário Moraes, e pelo oftalmologista do Hospital São Paulo, Marciano Villa, constataram a doença em 80% dos índios examinados. Os pesquisadores só lamentam que o trabalho não tenha sido feito

quando a região estava ocupada por mais de 30 mil garimpeiros.

Em relatório divulgado na semana passada, a Comissão de Ação pela Cidadania revelou que nos últimos dois anos houve 234 mortes em algumas das comunidades investigadas, numa população de risco de 1.682 índios: Só em Paapiú, 43% dos ianomamis recenseados perderam de um a sete parentes diretos e 13% das crianças ficaram sem o pai ou a mãe.

Em Surucucus, um pequeno e mal equipado hospital da Funai se vê às voltas com todo tipo de casos. Quando Alcení Guerra visitou a área, sexta-feira, havia apenas um índio internado. No dia seguinte, conta Gonçalo dos Santos, responsável pela unidade, chegaram mais 35 pacientes, com surtos de malária, conjuntivite e desnutrição: "Foi um azar o ministro ter encontrado só um índio aqui, porque ele pode pensar que a situação está controlada", lamenta Gonçalo.



Hermínio Oliveira/AE

Alcení examina a ianomami